



EDITAL Nº 735/2021

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PARA A EMISSÃO E ASSINATURA DE CERTIDÕES E DECLARAÇÕES RELATIVAS AO NÃO EXERCÍCIO, E CONSEQUENTE RENÚNCIA, DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS

FERNANDO PAULO FERREIRA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

TORNA PÚBLICO, em cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 56.º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o seu Despacho nº 50-A/2021, exarado em 29 de outubro de 2021, que se transcreve:

“Considerando a competência que me foi delegada pela Câmara Municipal na sua primeira reunião pública do mandato autárquico em curso, realizada a 22 de outubro pretérito, sob o ponto 5 da respetiva ordem do dia, expressamente prevista na alínea g), do número 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as demais alterações legais posteriores e na redação vigente, constante do respetivo Anexo I, no âmbito material exclusivo do não exercício, e consequente renúncia, dos direitos legais e contratuais de preferência de que o Município é titular, em sede de decisão e pronúncia tendente à não aquisição de bens imóveis, em consequência do não exercício do mencionado direito, nos termos abaixo enunciados:

- 1- **o não exercício do direito de preferência previsto no artigo 27º do Decreto-Lei nº 794/76, de 5 de novembro**, que aprovou a Lei dos Solos, na sua última redação vigente, nas transmissões por título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios situados nas áreas necessárias para a expansão, desenvolvimento ou renovação de aglomerados urbanos, ou para a execução de qualquer outro empreendimento de interesse público, em obediência ao respetivo plano, que, não obstante a sua revogação nos termos constantes da alínea b) do artigo 83º da mencionada Lei nº 31/2014, de 30 de maio, poderá e continua a ser objeto de aplicação, tendo em conta a disciplina da sucessão das Leis no tempo;



- 2- **o não exercício do direito de preferência contemplado no artigo 37º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro**, na redação em vigor, a qual aprovou e consagra a Lei de Bases do Património Cultural, respeitante à venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação, ou dos bens situados na respetiva zona de proteção;
- 3- **o não exercício do direito de preferência constante do artigo 58º do Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro**, na redação vigente, o qual aprovou e disciplina o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, referente às transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos, edifícios ou frações autónomas situadas em área de reabilitação urbana (ARU);
- 4- **o não exercício do direito de preferência legalmente cometido por via do disposto no artigo 155º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio**, o qual aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e desenvolve as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, definindo o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, atinente às transmissões de prédios, realizadas ao abrigo do direito privado e a título oneroso, no âmbito da execução de planos de pormenor ou de unidades de execução, designadamente para reabilitação, regeneração ou reestruturação da propriedade;
- 5- **o não exercício do direito de preferência concedido ao arrendatário nos termos do disposto no artigo 1091º do Código Civil**, na redação em vigor, respeitante à compra e venda ou dação em cumprimento do local arrendado há mais de dois anos;
- 6- **o não exercício do direito de preferência conferido aos proprietários de prédios confinantes de área inferior à unidade de cultura**, na venda ou dação em cumprimento, **nos termos constantes do artigo 1380º do Código Civil de 1966 em vigor**;
- 7- **o não exercício do direito de preferência atribuído aos comproprietários, nos termos previstos no artigo 1409º do Código Civil**, no caso de venda, ou dação em cumprimento, a estranhos da quota de qualquer dos seus consortes;



- 8- **o não exercício do direito de preferência** conferido ao proprietário do solo, na venda ou dação em cumprimento do direito de superfície, **nos termos contemplados no artigo 1535º do Código Civil;**
- 9- **o não exercício dos direitos convencionais de preferência** estipulados a favor do Município e de que este é titular, previstos em pactos de preferência ou em cláusulas de preferência inseridas noutros contratos celebrados, designadamente em contratos mistos ou uniões de contratos, **nos termos constantes do artigo 414º e seguintes do Código Civil.**

Considerando o disposto no artigo 27º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, com as demais alterações legislativas subsequentes e na redação em vigor.

Considerando o disposto no artigo 16º, n.ºs 1 e 4, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, com as demais alterações legais posteriores e na redação atual.

Considerando o regime jurídico da delegação de poderes previsto no artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.

No uso das competências que me são conferidas pelos artigos 35º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2, alínea a), 37º e 38º, n.ºs 1 e 3, alíneas g) e m), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor e constante do respetivo Anexo I, delego no Diretor de Departamento Municipal do Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, Licenciado Fernando Paulo Serra Barreiros, a competência para emitir e assinar as certidões e declarações que titulam, formalizam e demonstram o não exercício, e a consequente renúncia, pelo Município, dos direitos de preferência de que é titular nos termos legalmente previstos e aplicáveis, acima expressamente referenciados, destinando-se as referidas certidões e declarações, entre outras finalidades, à instrução e realização de atos notariais relativos à transmissão de bens imóveis sujeitos ao mencionado direito de preferência municipal.

Proceda-se à publicação do presente despacho, nos termos constantes do artigo 56º, números 1 e 2, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atualmente em vigor.

Proceda-se, igualmente, à divulgação do despacho ora proferido pelos serviços e unidades orgânicas municipais, mediante correio eletrónico, nos termos e moldes usuais e habituais."



Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume e publicitado no sítio do município na Internet.

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa e Jurídica, o subscrevi.

Paços do Município de Vila Franca de Xira, 2 de novembro de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Fernando Paulo Ferreira